



Desigualdade Social, Diversidade e Formação do Sujeito: Contribuições da Filosofia e da Sociologia da Educação

Social Inequality, Diversity, and the Formation of the Subject: Contributions From the Philosophy and Sociology of Education

Conceição de Maria da Silva Moita

Licenciada em Pedagogia, História e Educação Infantil e com especialização em Educação Infantil. Professora na cidade de Tianguá e mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

Cid-Nei Vasconcelos

Mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, especialista em Gestão Educacional e Projetos e em Gestão Escolar, além de licenciado em Biologia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Atua como Técnico Pedagógico da Área de Ciências na Secretaria Municipal de Educação de Jijoca de Jericoacoara-Ce, com experiência em ensino de Biologia, projetos científicos, feiras de ciências, Educação Ambiental e Astronomia, coordenando ações de incentivo à pesquisa e à divulgação científica na educação básica. CV: <http://lattes.cnpq.br/3420305857759738>.

Francisco Antônio de Paula Gregório

É professor da rede municipal de ensino de Jijoca de Jericoacoara-CE e mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical, nos Estados Unidos da América. Possui formação em Letras Português e Inglês e Matemática, com especializações em Psicopedagogia, Metodologia do Ensino de História e Língua Portuguesa, Gestão Escolar e Didática em Inglês. Desenvolve estudos nas áreas de Educação, Linguagem, Inclusão Escolar, Gestão Escolar, Avaliação da Aprendizagem e Formação de Professores. Possui publicações em periódicos científicos e capítulos de livros acadêmicos. CV: <http://lattes.cnpq.br/2819592885622841>.

Francisco Antônio de Souza

Licenciado em Biologia e Pedagogia, com especializações em Química e Biologia e em Gestão Escolar. Professor em Tianguá-CE e mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

Maria Márcia Rocha

Graduada em Pedagogia pela Fundação Universidade Estadual Vale do Acaraú (2003), especialista em Psicopedagogia (2007) e em Gestão Escolar (2016). Atualmente é mestranda pela World University Ecumenical e professora pela rede municipal de ensino de Jijoca de Jericoacoara-Ce, atuando na EMEF Francisco Sales de Carvalho.

Maria Solange Oliveira Belchior

Licenciada em Pedagogia, bacharel em Administração, com especializações em Educação Especial e Inclusiva e em Neuropsicopedagogia Institucional e Clínica. Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical.

Resumo: A educação constitui um fenômeno social permeado por relações históricas, culturais, econômicas e políticas que influenciam diretamente a formação humana. Este estudo tem como objetivo analisar as relações existentes entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito, à luz dos fundamentos da Filosofia e Sociologia da Educação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, fundamentada nas contribuições de Marx (2004; 2013), Saviani (2021), Libâneo (2021), Freire (1996), Arroyo (2015), Morin (2000), Nussbaum (2010), Mantoan (2006) e de outros autores referenciados ao longo do estudo. A análise evidencia que as desigualdades sociais condicionam os processos

formativos e as oportunidades educacionais, ao passo que o reconhecimento da diversidade constitui requisito essencial para a construção de uma educação inclusiva e democrática. Os resultados demonstram, ainda, que a educação pode tanto reproduzir estruturas sociais excludentes quanto favorecer a formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a transformação social. Conclui-se que uma educação fundamentada na reflexão crítica e na valorização da diversidade contribui para a humanização, o fortalecimento da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: educação; desigualdade social; diversidade; formação do sujeito; filosofia da educação.

Abstract: Education is a social phenomenon permeated by historical, cultural, economic, and political relations that directly influence human development. This article aims to analyze the relationships between social inequality, diversity, and the formation of the individual, drawing on the foundations of the philosophy and sociology of education. It is a qualitative, bibliographic study based on the contributions of Marx (2004; 2013), Saviani (2021), Libâneo (2021), Freire (1996), Arroyo (2015), Morin (2000), Nussbaum (2010), Mantoan (2006), and other authors cited throughout the work. The analysis reveals that social inequalities shape educational processes and opportunities, whereas recognizing diversity is essential for building an inclusive and democratic education system. The results further demonstrate that education can either reproduce exclusionary social structures or foster the development of individuals who are critical, autonomous, and committed to social transformation. The study concludes that an education grounded in critical reflection and the valuing of diversity contributes to humanization, the strengthening of citizenship, and the construction of a more just society.

Keywords: education; social inequality; diversity; formation of the subject; philosophy of education.

INTRODUÇÃO

A educação ocupa um lugar central na compreensão das relações humanas, pois ultrapassa a transmissão de conhecimentos e envolve processos de formação cultural, social, política e ética dos indivíduos. Ao longo da história, diferentes correntes filosóficas e sociológicas buscaram compreender sua função nas sociedades, evidenciando tanto seu potencial emancipador quanto sua participação na reprodução das desigualdades e das relações de poder. Nessa perspectiva, refletir sobre a educação implica compreender as condições históricas, econômicas e culturais em que os sujeitos são formados e os desafios relacionados à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

Na sociedade contemporânea, marcada por profundas transformações econômicas, tecnológicas, políticas e culturais, a educação enfrenta desafios que extrapolam os limites da escola. A permanência das desigualdades sociais, as mudanças no mundo do trabalho, os processos de exclusão e a ampliação do reconhecimento da diversidade evidenciam que a formação dos sujeitos ocorre em um contexto permeado por contradições. Desse modo, a educação não pode ser analisada de forma isolada, mas em estreita relação com as estruturas sociais que condicionam as oportunidades de acesso ao conhecimento, a participação social e

o desenvolvimento humano. Nesse contexto, este estudo delimita-se à análise das relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito, a partir das contribuições da Filosofia e da Sociologia da Educação.

O problema que orienta esta investigação pode ser sintetizado na seguinte questão: como os fundamentos filosóficos e sociológicos da educação contribuem para compreender os impactos da desigualdade social e da diversidade na formação do sujeito? Em consonância com essa problemática, o objetivo do estudo consiste em analisar as relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito, tomando como referência os fundamentos da Filosofia e da Sociologia da Educação.

A relevância deste estudo fundamenta-se na necessidade de compreender a educação como um espaço de disputas, reprodução social e possibilidades de emancipação humana. Embora a literatura educacional apresente importantes contribuições sobre desigualdade social, diversidade e formação humana, essas categorias nem sempre são discutidas de maneira articulada a partir do diálogo entre a Filosofia e a Sociologia da Educação. Nesse sentido, o presente estudo busca integrar essas perspectivas teóricas, oferecendo uma compreensão mais ampla dos processos de formação do sujeito diante das contradições da sociedade contemporânea e contribuindo para o aprofundamento do debate acadêmico sobre os fundamentos da educação.

Para alcançar esse objetivo, o estudo organiza-se em três eixos de discussão. Inicialmente, analisa a relação entre educação, desigualdade social e mundo do trabalho, destacando os processos de alienação e suas implicações para a formação do sujeito. Em seguida, discute a diversidade como dimensão constitutiva da sociedade contemporânea e os desafios educacionais relacionados ao reconhecimento das diferenças.

Por fim, aborda a formação humana em uma perspectiva crítica e emancipadora, compreendendo a educação como espaço de construção da autonomia, da consciência social e da participação cidadã. Assim, parte-se do pressuposto de que compreender a formação do sujeito exige analisar criticamente as relações entre educação, desigualdade social e diversidade, reconhecendo a escola como um espaço simultaneamente marcado por mecanismos de reprodução social e por possibilidades concretas de transformação e emancipação humana.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica, desenvolvida por meio de uma revisão narrativa da literatura, com base na análise de produções teóricas relacionadas aos fundamentos filosóficos e sociológicos da educação. A opção por esse procedimento metodológico justifica-se pela necessidade de compreender as relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito no contexto educacional contemporâneo.

A pesquisa bibliográfica possibilita o aprofundamento de conceitos construídos historicamente por diferentes autores e correntes do pensamento, permitindo compreender como a educação se articula às estruturas sociais, aos processos de formação humana e às contradições presentes na sociedade. Dessa forma, o estudo não se propõe à produção de dados empíricos, mas à construção de uma análise teórica fundamentada na literatura especializada.

A seleção das obras considerou sua relevância para os objetivos da pesquisa e sua contribuição para a compreensão das categorias centrais do estudo. Foram priorizados referenciais clássicos da Filosofia e da Sociologia da Educação, como Marx (2004; 2013), bem como autores que discutem educação, trabalho, formação humana, alienação, diversidade, democracia e inclusão, entre eles Saviani (2021), Libâneo (2021), Freire (1996), Arroyo (2015), Morin (2000), Nussbaum (2010) e Mantoan (2006). Também foram incorporadas produções contemporâneas e documentos normativos pertinentes à temática, ampliando o diálogo entre referenciais clássicos e debates atuais do campo educacional.

A análise contemplou, ainda, as discussões apresentadas nas Unidades 5 e 6 de Mazzonetto *et al.* (2017), utilizadas como ponto de partida para o aprofundamento das reflexões em diálogo com outras produções científicas.

O procedimento analítico consistiu na leitura, seleção, organização e interpretação das obras, buscando identificar aproximações, complementaridades e tensões entre os diferentes referenciais teóricos. A partir desse processo, procurou-se construir uma compreensão integrada das relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito, concebendo a educação como um fenômeno histórico, social e cultural, marcado simultaneamente pela reprodução das desigualdades e pelas possibilidades de emancipação humana.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação, Desigualdade Social e Formação do Sujeito: Uma Análise a Partir da Realidade Social

As sociedades contemporâneas são marcadas por intensas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que modificam as formas de organização da vida humana, as relações de trabalho e os modos pelos quais os indivíduos constroem suas identidades. Nesse cenário de constantes mudanças, muitos sujeitos vivenciam sentimentos de insegurança, incerteza e dificuldade de compreender as contradições presentes na realidade social. Essas transformações também repercutem no campo educacional, uma vez que a escola, enquanto instituição social, encontra-se inserida em um contexto marcado por desigualdades, disputas de interesses e diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento. Dessa forma, compreender a relação entre educação, desigualdade social e formação do sujeito torna-se fundamental para analisar como os processos educativos podem

tanto reproduzir as estruturas existentes quanto contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e emancipatória.

Segundo Enguita (1989), as mudanças promovidas pelo capitalismo e pela industrialização influenciam o comportamento do homem contemporâneo ao ampliar seus desejos e expectativas, sem que existam recursos ou oportunidades suficientes para realizá-los. Esse descompasso gera sentimento de frustração e, diante da falsa ideia de igualdade de oportunidades, muitas pessoas passam a atribuir seus insucessos a falhas pessoais, desenvolvendo baixa autoestima e culpa.

O trabalho sempre foi uma necessidade do homem historicamente, pois esta ação faz parte da convivência social dos seres humanos, uma vez que a vida depende de condições materiais que garantam a sobrevivência. Nesse sentido, o sujeito necessita do trabalho para assegurar sua inserção social e atender às necessidades fundamentais, como moradia, alimentação, saúde, lazer e cultura. Ao longo de sua evolução histórica, o ser humano estabeleceu uma relação direta com a natureza, da qual extraiu os recursos indispensáveis à sua existência. Como afirma Marx (2013, p. 255), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza”.

No que se refere à concepção marxiana da relação entre o ser humano e o trabalho, este é compreendido como elemento essencial da existência, uma vez que possibilita a produção dos meios necessários à sobrevivência e medeia a interação entre o indivíduo e a natureza, promovendo a transformação de ambos. Entretanto, no modo de produção capitalista, essa atividade assume um caráter alienado, pois o trabalhador perde o controle sobre o produto de seu labor, sobre o próprio processo produtivo e, por consequência, sobre sua realização como ser humano. Assim, aquilo que deveria constituir uma prática criadora e emancipadora converte-se, nas relações capitalistas de produção, em um mecanismo de exploração e alienação.

A compreensão da categoria trabalho torna-se fundamental para analisar a educação, pois, nas sociedades capitalistas, a escola também passa a ser atravessada pelas relações sociais de produção, refletindo as contradições presentes na organização econômica e social. Nessa concepção, a instituição escolar não se constitui como espaço neutro, mas como um campo de disputas no qual podem ser reproduzidas determinadas formas de organização social ou construídas possibilidades de transformação e emancipação dos sujeitos.

A educação, no contexto da Revolução Industrial, passou a ser concebida como instrumento de formação de capital humano, voltado ao atendimento das demandas do setor produtivo. Nesse cenário, consolidou-se a pedagogia tecnicista, cuja finalidade era transformar as escolas em espaços de qualificação de mão de obra, privilegiando o desenvolvimento das competências técnicas e o “saber fazer”. Esse modelo caracterizou-se pela padronização do ensino, priorizando a eficiência e a produtividade em detrimento da formação integral dos estudantes, com pouca atenção às diferenças individuais e aos distintos ritmos de aprendizagem. Como consequência, muitos alunos que não se adequavam a esse padrão eram excluídos ou considerados incapazes de acompanhar o processo educativo.

Nessa perspectiva, Libâneo (2021) argumenta que a pedagogia tecnicista subordinou a educação às exigências da racionalidade produtiva, priorizando a eficiência, a organização da técnica do ensino e a preparação para o mercado de trabalho. Como consequência, o processo educativo passou a privilegiar a transmissão de habilidades operacionais em detrimento da formação crítica e do desenvolvimento integral dos sujeitos, desconsiderando as diferenças individuais e os distintos processos de aprendizagem.

Com a intensificação da lógica capitalista, que exige uma força de trabalho cada vez mais qualificada, a educação passa a ser orientada para atender às demandas do mercado de trabalho, sobretudo no que se refere à formação da mão de obra requerida pelos setores produtivos. Nesse contexto, a escola pode privilegiar estudantes que apresentam melhor desempenho acadêmico, em detrimento daqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem ou não acompanham o ritmo do processo educativo, atendendo, muitas vezes, às diretrizes de organismos nacionais e internacionais.

Em contraposição a essa lógica, Saviani (2021) defende que a função social da escola não deve restringir-se ao atendimento das exigências do mercado, mas garantir a todos os estudantes o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, favorecendo a formação crítica e a superação das desigualdades educacionais e sociais. À vista disso, Arroyo (2015) amplia esse debate ao destacar que a escola precisa reconhecer as diferentes trajetórias e condições sociais dos alunos, compreendendo a educação como um espaço de inclusão e de enfrentamento das desigualdades.

O indivíduo constitui-se como um ser social, histórico e cultural, dotado de características próprias e de capacidade consciente para compreender e atribuir significado às suas ações, especialmente ao trabalho que realiza. Nessa perspectiva, apresenta-se como um sujeito em permanente construção, capaz de desenvolver sua autonomia, exercer sua liberdade e buscar a concretização de seus propósitos de vida.

Entretanto, para que essa condição humana se efetive plenamente, torna-se necessário superar as diferentes formas de alienação, tanto em sua dimensão objetiva quanto subjetiva, que podem limitar a capacidade crítica e a participação consciente dos sujeitos na sociedade. Assim, o indivíduo deve reconhecer-se como protagonista de sua própria trajetória, em constante processo de evolução, reflexão e transformação, enfrentando e ressignificando as contradições e os desafios impostos pelas estruturas sociais.

Alienação, Barbárie e os Desafios da Formação Humana na Contemporaneidade

A alienação e a barbárie na contemporaneidade constituem desafios centrais para a formação humana no tempo atual, pois revelam contradições sociais que limitam a autonomia, a consciência crítica e a participação dos sujeitos na construção da realidade. Em razão disso, compreender esses fenômenos a partir

das contribuições de Karl Marx (2004) e de outros autores contemporâneos permite refletir sobre o papel da educação como prática voltada à emancipação humana, à dignidade e à superação das condições históricas que fragilizam a vida social.

Na contemporaneidade, a alienação manifesta-se por meio de relações sociais mediadas pela lógica do mercado, pelo consumo e pelo uso socialmente condicionado das tecnologias digitais, produzindo formas de distanciamento do indivíduo em relação ao trabalho, aos outros sujeitos e à compreensão crítica da realidade. Na perspectiva marxiana, esse processo está relacionado à separação do ser humano de sua própria atividade produtiva, do produto de seu trabalho e de suas possibilidades de realização enquanto ser social. Para Marx (2004), nas relações capitalistas, o trabalho pode deixar de representar uma dimensão de desenvolvimento humano e transformar-se em uma experiência marcada pela perda de autonomia e pelo estranhamento do sujeito diante de sua própria produção.

A partir dessa compreensão, Mészáros (2006) amplia a análise marxiana ao afirmar que a alienação ultrapassa o âmbito das relações de trabalho e alcança a totalidade da vida social, influenciando as formas de interação, percepção e participação dos indivíduos. Como consequência, intensificam-se processos de invisibilização, naturalização das desigualdades e enfraquecimento dos vínculos coletivos, comprometendo as possibilidades de emancipação humana. Em diálogo com essa perspectiva, Santos (2000) destaca que a racionalidade moderna frequentemente produz um “desperdício da experiência” ao invisibilizar conhecimentos e práticas sociais alternativas, limitando o reconhecimento da diversidade de saberes e possibilidades de transformação social.

A barbárie, por sua vez, evidencia as contradições de uma sociedade que, apesar dos avanços científicos e tecnológicos, permanece marcada por práticas de exclusão, violência e desumanização. O século XX demonstrou que o desenvolvimento técnico-científico, quando desvinculado de princípios éticos e submetido a interesses de dominação, pode contribuir para a produção de formas extremas de violência. Nesse contexto, a Teoria Crítica alerta para a necessidade de uma racionalidade orientada pela dignidade humana, pela justiça social e pela responsabilidade ética.

Diante desses desafios, a educação assume papel fundamental na formação de sujeitos capazes de compreender criticamente a realidade e participar de sua transformação. Mais do que transmitir conhecimentos, o processo educativo deve promover uma formação integral, envolvendo dimensões cognitivas, éticas, sociais e políticas. Conforme Cortella (1998, p. 11), a educação constitui um processo de “humanização, socialização e singularização”, evidenciando sua função na constituição de sujeitos conscientes de sua inserção histórica e social.

Nessa concepção, Morin (2000) defende uma reformulação dos paradigmas educacionais, superando a fragmentação do conhecimento e valorizando uma abordagem capaz de integrar diferentes saberes na compreensão da complexidade humana. A formação proposta pelo autor contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo e ético, preparando os indivíduos para enfrentar os desafios sociais, culturais e ambientais da contemporaneidade.

Assim, a superação da alienação e da barbárie exige uma educação comprometida com a emancipação humana, capaz de desenvolver autonomia intelectual, sensibilidade ética e consciência crítica. Como afirma Adorno (1995, p. 119), “a exigência de que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”, reforçando que a finalidade educativa deve estar vinculada à formação de sujeitos capazes de resistir às práticas de dominação, intolerância e violência. Desse modo, a escola consolida-se como uma prática ética e emancipatória indispensável à construção de uma sociedade democrática e socialmente justa.

Diversidade Social e Educação: O Reconhecimento das Diferenças na Formação do Sujeito

Os avanços científicos e tecnológicos transformaram profundamente a sociedade contemporânea, promovendo mudanças significativas nas relações sociais, econômicas, políticas, culturais e educacionais. Entretanto, o desenvolvimento técnico-científico, por si só, não assegura a consolidação de uma sociedade democrática nem a formação de cidadãos comprometidos com os princípios da convivência ética e do respeito à diversidade.

Conforme argumenta Nussbaum (2010), a formação dos indivíduos é profundamente influenciada pelas instituições, pelas leis e pelas normas que regulam a vida em sociedade desde a infância, razão pela qual a educação, tanto formal quanto informal, desempenha papel essencial na constituição de cidadãos comprometidos com os valores democráticos. Nesse sentido, a consolidação e a manutenção da democracia dependem de processos educativos que promovam a consciência crítica, a responsabilidade ética, o respeito à diversidade e a participação ativa na vida pública.

Um aspecto de significativa relevância para a compreensão da formação humana diz respeito à maneira como os indivíduos pensam, agem, percebem e atribuem sentido à realidade. Essa constatação suscita importantes reflexões acerca do papel da educação, conduzindo a questionamentos como: para que educar, como educar e quais finalidades e intencionalidades orientam as práticas educativas?

Tais indagações revelam que a instituição escolar transcende a mera transmissão de conhecimentos, constituindo-se como um processo formativo capaz de influenciar valores, atitudes, interesses e modos de atuação dos sujeitos. Nesse contexto, a escola assume a responsabilidade de promover experiências educativas que estimulem o desenvolvimento de competências cognitivas, éticas e sociais, favorecendo a construção de uma aprendizagem significativa, crítica, participativa e comprometida com a formação integral do indivíduo.

Ao observar a sociedade contemporânea, constata-se que ela é constituída por múltiplos contextos econômicos, políticos, sociais e culturais, os quais influenciam significativamente a organização da vida em coletividade e a formação dos sujeitos. Nesse cenário, a diversidade humana manifesta-se por meio de diferentes características, tais como cor, sexo, condição socioeconômica, religião,

gênero, etnia e raça, evidenciando a pluralidade que caracteriza as relações sociais. Nessa concepção, Piaget (2011) sustenta que a educação deve formar sujeitos com autonomia intelectual e moral, preparados para compreender o outro e atuar de maneira responsável em uma sociedade plural.

Essa heterogeneidade também se reflete nos processos de ensino e aprendizagem, uma vez que os indivíduos aprendem de formas distintas, considerando seus diferentes ritmos, tempos, experiências e contextos de desenvolvimento. Em razão disso, a prática pedagógica deve fundamentar-se no reconhecimento e na valorização das singularidades dos estudantes, de modo que o professor, ao planejar e desenvolver suas ações educativas, considere as especificidades e as necessidades de cada educando, favorecendo a construção de uma escola mais equitativa, inclusiva e comprometida com o desenvolvimento integral de todos.

Sob essa ótica, Mantoan (2006) defende que a diversidade constitui uma característica intrínseca à condição humana e, portanto, deve ser compreendida como elemento enriquecedor do processo educativo, e não um obstáculo à aprendizagem. A autora sustenta que a exclusão social e escolar se materializa quando as instituições de ensino adotam práticas homogeneizadoras, desconsiderando as singularidades dos estudantes e impondo um modelo único de aprendizagem. Assim, uma educação comprometida com os princípios da inclusão requer a reorganização das práticas pedagógicas, do currículo e da cultura escolar, assegurando a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os educandos, independentemente de suas diferenças.

Um dos maiores desafios da sociedade contemporânea, diante da diversidade social e cultural, consiste na capacidade de reconhecer e compreender o outro em sua singularidade. Frequentemente, indivíduos que ocupam posições privilegiadas tendem a interpretar as diferenças a partir de seus próprios referenciais, desconsiderando as condições históricas, sociais, econômicas e culturais que permeiam a realidade daqueles que se encontram em contextos distintos.

Em decorrência disso, a pluralidade cultural constitui um aspecto inerente à vida em sociedade, uma vez que os sujeitos estabelecem relações contínuas em diferentes espaços de convivência. Assim, torna-se imprescindível desenvolver atitudes pautadas no respeito, na valorização das diferenças e na convivência democrática, reconhecendo que, conforme afirma Sassaki (2006, p. 40), “a inclusão é um processo que contribui para a construção de uma nova sociedade”, fundamentada na equidade, na participação e no reconhecimento da diversidade humana.

Nesse contexto, Freire (1996) defende que a educação deve fundamentar-se no diálogo, no respeito à dignidade humana e no reconhecimento dos diferentes saberes e experiências que constituem os sujeitos. Para o autor, a convivência democrática exige a superação de preconceitos e de práticas excludentes, uma vez que o respeito às diferenças representa um compromisso ético indispensável à formação de cidadãos críticos e à construção de uma sociedade mais justa, solidária e inclusiva. Assim, reconhecer o outro em sua singularidade significa compreender

que a diversidade constitui um elemento enriquecedor das relações humanas e do processo educativo.

A compreensão da diversidade pressupõe o reconhecimento de diferentes atitudes, práticas e formas de violência que negam o respeito às diferenças e comprometem a convivência social. Nesse sentido, preconceitos e estereótipos contribuem para a construção de visões distorcidas sobre indivíduos e grupos sociais, enquanto práticas discriminatórias, como a discriminação e o racismo, produzem os processos de exclusão fundamentados em características como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião ou condição social.

No ambiente escolar, manifestações de violência, como o bullying, também comprometem o desenvolvimento das relações de respeito e pertencimento. Além disso, atitudes de indiferença diante dessas situações podem reforçar desigualdades e dificultar a efetivação dos direitos fundamentais, comprometendo a construção de relações pautadas na equidade e no reconhecimento da diversidade.

Além dessas manifestações, o texto evidencia que fenômenos como homofobia e xenofobia constituem expressões específicas do preconceito, caracterizadas pela intolerância em relação à orientação sexual ou à origem cultural e nacional das pessoas. Ressalta-se, ainda, que discursos e ideologias baseados na superioridade de determinados grupos, historicamente associados ao nazismo e ao fascismo, e estudos recentes apontam o recrudescimento de discursos extremistas em diferentes contextos sociais na contemporaneidade, reforçando a necessidade de promover a reflexão crítica e a educação para a valorização da diversidade, dos direitos humanos e da convivência democrática.

Embora Farias *et al.* (2014) não tratem diretamente de conceitos como racismo, preconceito ou bullying, sua concepção de docência como prática ética, crítica e comprometida com a formação humana oferece fundamentos para compreender o papel do professor na promoção do respeito à diversidade e na construção de um ambiente escolar democrático e inclusivo. Nessa perspectiva, a ação docente ultrapassa a transmissão de conteúdos e assume a responsabilidade de mediar relações pautadas no diálogo, na cidadania e no reconhecimento das diferenças.

Diante disso, a Constituição Federal de 1988 estabelece fundamentos jurídicos para a proteção da diversidade e o combate às práticas discriminatórias ao assegurar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de todos perante a lei e a promoção do bem comum sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação. Além de criminalizar o racismo e determinar a punição de condutas discriminatórias que atentem contra os direitos e as liberdades fundamentais, o texto constitucional também reconhece e valoriza a diversidade cultural como elemento constitutivo da sociedade brasileira, reafirmando o compromisso do Estado com a promoção da inclusão, do respeito às diferenças e da cidadania (Brasil, 1988).

A educação contemporânea é desafiada a reconhecer a diversidade como um elemento constitutivo da realidade escolar, rompendo com modelos tradicionais que historicamente buscaram padronizar os estudantes segundo um ideal homogêneo de aprendizagem e comportamento. Nesse contexto, a escola deve consolidar-se

como um espaço de acolhimento das diferenças, fundamentando suas práticas em princípios como justiça social, liberdade, solidariedade e respeito à pluralidade. Mais do que assegurar o acesso de todos à educação, torna-se indispensável garantir condições para que cada estudante desenvolva suas potencialidades de acordo com suas singularidades, fortalecendo uma formação comprometida com a inclusão, a cidadania e a transformação social.

A valorização da diversidade exige uma concepção de educação que ultrapasse a mera transmissão de conteúdos e promova o desenvolvimento de sujeitos capazes de conviver de forma ética e democrática em uma sociedade plural. Nessa direção, Nussbaum (2010) defende que a formação humana deve estimular o reconhecimento da dignidade de todas as pessoas, independentemente de sua origem, cultura ou condição social, ampliando o sentimento de pertencimento a uma comunidade humana universal.

Conforme afirma a autora, é necessário considerar “todos os seres humanos como nossos concidadãos” (Nussbaum, 2010, p. 77-78), fortalecendo valores de respeito mútuo, reciprocidade e responsabilidade coletiva. Assim, a escola passa a desempenhar um papel essencial na construção de atitudes que favoreçam o diálogo, a empatia e a convivência entre diferentes grupos sociais.

Em síntese, a diversidade não deve ser comprometida como um desafio a ser superado, mas como uma dimensão constitutiva da condição humana e, consequentemente, da própria educação. Reconhecer as diferenças, combater práticas discriminatórias e promover a inclusão representam compromissos éticos, sociais e pedagógicos que fortalecem a cidadania e a democracia. Desse modo, a formação dos sujeitos exige práticas educativas fundamentadas no respeito à pluralidade, na valorização da dignidade humana e na construção de relações pautadas na equidade, na participação e na justiça social.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura permitiu identificar que a formação do sujeito constitui um processo historicamente situado, influenciado por fatores sociais, econômicos, culturais e políticos que ultrapassam os limites da instituição escolar. O estudo evidenciou que educação, desigualdade social e diversidade mantêm relações de interdependência, de modo que a compreensão dos processos educativos exige considerar as condições concretas em que os sujeitos vivem, aprendem e se desenvolvem.

Observou-se que a desigualdade social permanece como um dos principais fatores condicionantes das trajetórias educacionais. As diferenças de acesso aos bens culturais, às oportunidades educacionais e às condições materiais repercutem diretamente na permanência, no desempenho escolar e nas possibilidades de formação humana. Nessa perspectiva, a educação revela seu caráter contraditório: ao mesmo tempo em que pode favorecer a emancipação dos sujeitos, também pode reproduzir desigualdades quando desconsidera os diferentes contextos sociais que permeiam a experiência educativa.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Enguita (1989), ao evidenciar que o desempenho escolar não pode ser explicado exclusivamente pelo mérito individual ou pelas capacidades cognitivas dos estudantes. As trajetórias educacionais são influenciadas por fatores econômicos, culturais e institucionais que condicionam as oportunidades de aprendizagem. Os resultados obtidos reforçam que a democratização da educação ultrapassa a ampliação do acesso à escola, exigindo condições que assegurem permanência, aprendizagem significativa e reconhecimento das diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes.

A análise desenvolvida também evidenciou que a relação entre educação e o mundo do trabalho ocupa posição central na formação do sujeito. À luz das contribuições de Marx, observa-se que as relações de produção e a divisão social do trabalho exercem influência sobre os processos educativos e sobre a forma como os indivíduos compreendem sua inserção na sociedade. Quando orientada predominantemente pelas demandas do mercado, a educação tende a privilegiar a formação técnica em detrimento do desenvolvimento crítico, ético e político dos sujeitos.

Por outro lado, a revisão realizada permitiu compreender que a educação pode constituir um espaço de emancipação quando fundamentada em práticas dialógicas, reflexivas e problematizadoras. Nessa direção, Freire (1996) defende uma educação comprometida com a conscientização e com a participação ativa dos sujeitos na transformação da realidade, reafirmando que o processo educativo deve favorecer a leitura crítica do mundo e o exercício da cidadania.

Outro aspecto evidenciado pela análise refere-se ao papel da diversidade na formação humana. Os resultados indicam que reconhecer a pluralidade de identidades, culturas e experiências não representa apenas uma exigência ética, mas uma condição indispensável para uma educação democrática. A permanência de práticas discriminatórias e de mecanismos de exclusão demonstra que o simples reconhecimento das diferenças não é suficiente, tornando necessária a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a inclusão e com a valorização da diversidade.

As contribuições de Santos (2000) reforçam essa compreensão ao defenderem a valorização da pluralidade de saberes e experiências sociais, questionando modelos educativos fundamentados na universalização de uma única forma de conhecimento. Sob essa perspectiva, a educação amplia seu potencial formativo ao promover o diálogo entre diferentes culturas, experiências e modos de compreender a realidade.

Os resultados também evidenciaram que desigualdade social e diversidade constituem dimensões distintas, porém estreitamente articuladas. Em contextos marcados por profundas desigualdades, diferenças culturais, étnicas, sociais ou econômicas podem converter-se em processos de exclusão. Assim, a educação assume um papel estratégico não apenas no reconhecimento das diferenças, mas também na problematização das estruturas que produzem e reproduzem as desigualdades sociais.

Nesse contexto, a análise permitiu compreender que a formação do sujeito revela-se como um processo ético, político e social. Mais do que desenvolver competências cognitivas, educar implica favorecer a construção da autonomia, do respeito à dignidade humana, da participação democrática e da responsabilidade coletiva. As reflexões de Adorno reforçam essa perspectiva ao defenderem uma educação voltada para a formação crítica, capaz de prevenir a naturalização da violência, do preconceito e de outras formas de desumanização.

Em síntese, os resultados da revisão bibliográfica indicam que a formação do sujeito decorre das múltiplas relações estabelecidas entre indivíduo, sociedade e educação. Os referenciais filosóficos e sociológicos analisados convergem ao demonstrar que uma educação comprometida com a emancipação humana deve superar perspectivas tecnicistas e homogêneas, articulando conhecimento, consciência crítica, reconhecimento da diversidade e compromisso com a justiça social. Dessa forma, a Filosofia e a Sociologia da Educação reafirmam-se como campos fundamentais para a compreensão dos desafios educacionais contemporâneos e para a construção de práticas educativas socialmente comprometidas com a formação integral dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar as relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito a partir das contribuições da Filosofia e da Sociologia da Educação. Diante da revisão bibliográfica realizada, foi possível compreender que a educação constitui um fenômeno social complexo, atravessado por contradições, disputas e possibilidades de transformação.

As discussões desenvolvidas evidenciaram que a formação do sujeito não ocorre de maneira independente das condições sociais, econômicas e culturais existentes. As desigualdades presentes na sociedade influenciam os processos educativos, interferindo nas oportunidades, nas experiências escolares e nas possibilidades de participação social dos indivíduos. Nesse sentido, compreender a educação exige analisar também as estruturas que produzem exclusão e limitam o desenvolvimento humano.

A reflexão sobre o mundo do trabalho e os processos de alienação demonstrou que uma educação subordinada exclusivamente às exigências produtivas pode restringir a formação dos sujeitos. Quando reduzida à preparação técnica, a educação perde parte de sua função humanizadora e crítica. Por outro lado, uma perspectiva emancipadora reconhece o indivíduo como sujeito histórico capaz de compreender sua realidade e atuar sobre ela.

A análise da diversidade social revelou que a formação humana exige o reconhecimento das diferenças como elemento constitutivo da sociedade. A educação precisa superar práticas que silenciam determinados grupos ou estabelecem padrões únicos de conhecimento e comportamento. Valorizar a diversidade significa reconhecer diferentes trajetórias, culturas e experiências como componentes legítimos do processo educativo.

Nessa concepção, a Filosofia e a Sociologia da Educação contribuem para compreender que a educação possui uma dupla dimensão: pode reproduzir estruturas sociais existentes, mas também pode constituir-se como espaço de resistência e transformação. Essa característica evidencia a importância de uma formação educativa comprometida com a consciência crítica, a autonomia e a construção de relações sociais mais justas.

Conclui-se, portanto, que a formação do sujeito na sociedade contemporânea exige uma educação capaz de articular conhecimento, reflexão crítica e reconhecimento da diversidade. Diante das desigualdades sociais existentes, torna-se fundamental defender práticas educativas que não apenas transmitam informações, mas contribuam para a construção de sujeitos conscientes de seus direitos, de sua história e de sua responsabilidade na transformação de sua realidade.

Embora este estudo tenha possibilitado uma compreensão integrada das relações entre desigualdade social, diversidade e formação do sujeito a partir dos fundamentos da Filosofia e da Sociologia da Educação, reconhece-se que sua natureza exclusivamente bibliográfica constitui uma de suas limitações, uma vez que não contempla a investigação empírica de práticas e contextos educacionais específicos. Nessa lógica, futuras pesquisas poderão ampliar essa discussão por meio de estudos de campo, análises documentais ou investigações comparativas que examinem como esses pressupostos teóricos se materializam em diferentes realidades escolares, contribuindo para o aprofundamento das reflexões acerca da formação humana, da inclusão e da justiça social no âmbito da educação.

Assim, ao articular os fundamentos da Filosofia e da Sociologia da Educação, este estudo reafirma que compreender a formação do sujeito exige reconhecer as múltiplas determinações sociais que atravessam os processos educativos, bem como fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação humana, a valorização da diversidade e a construção de uma educação socialmente referenciada na justiça, na democracia e na cidadania.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ARROYO, M. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Editora UFPR.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CORTELLA, Mario Sergio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez, 1998.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de *et al.* **Didática e docência: aprendendo a profissão**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. 28. ed. São Paulo: Loyola, 2021.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **O direito de ser, sendo diferente, na escola**. In: RODRIGUES, D. *Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a Educação Inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

MAZZONETTO, Clenio Viane *et al.* **Fundamentos filosóficos e sociológicos da educação**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NUSSBAUM, M. C. **Sin fines de lucro: por qué la democracia necesita de las humanidades**. Buenos Aires: Katz, 2010.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** 21. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 44. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.